



**ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS
“PALÁCIO DIVINO CÂNDIDO DA SILVA”**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 058/PMP/2023 DE 04 DE SETEMBRO DE 2023
(Do Poder Executivo) – “Dispõe sobre a Regulamentação da Assistência Financeira Complementar Repassada pela União Visando o Cumprimento ao Piso Salarial Nacional do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem a que se refere à Lei Federal nº 14.434/2022 Emenda Constitucional nº127/2022 e dá outras providências.”**

1 Relatório

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo Municipal, tem como finalidade regulamentar a Assistência Financeira Complementar repassada pela União Federal ao município de Palminópolis, com o propósito de assegurar o cumprimento do Piso Salarial Nacional dos profissionais de enfermagem, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.434/2022 e na Emenda Constitucional nº 127/2022.

O projeto é de iniciativa meritória, uma vez que busca atender aos preceitos legais federais e garantir que os profissionais de enfermagem recebam remuneração compatível com o Piso Salarial Nacional. O projeto não prejudica as condições do município de Palminópolis, pois se trata de um repasse de recursos para cumprir obrigações já estabelecidas em lei.

É o breve relatório, passo à análise.

2 Análise

Com base na análise do Projeto de Lei que trata da autorização para abertura de Crédito Adicional de Natureza Especial, é importante destacar o caráter legal e a lógica gramatical presentes no texto do projeto.

2.1 Caráter Legal:

A Constituição Federal confere ao Município de Palminópolis a competência para regulamentar a Assistência Financeira Complementar e garantir o cumprimento do Piso Salarial Nacional dos profissionais de enfermagem. O projeto encontra respaldo na legislação federal e não viola a autonomia municipal.



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS
“PALÁCIO DIVINO CÂNDIDO DA SILVA”

O Prefeito Municipal possui legitimidade para propor o projeto, conforme demonstrado em suas razões motivadoras. Além disso, o projeto está em conformidade com a lei estadual que disciplina a criação de distritos pelos Municípios.

No que se refere à técnica legislativa, o projeto demonstra clareza e precisão em sua redação, estando apto para integrar o ordenamento jurídico municipal.

Portanto, a presente proposição do Executivo atende aos interesses da comunidade de Palminópolis, uma vez que visa assegurar o pagamento adequado aos profissionais de enfermagem em conformidade com as normativas federais.

2.2 Caráter Lógico Gramatical

O projeto apresenta uma estrutura lógica e coesa, seguindo uma sequência natural de análise, começando pela conformidade legal e passando para os detalhes específicos.

As informações são apresentadas de forma clara e organizada, com uso adequado de conectores para ligar ideias e criar uma fluidez na análise.

A linguagem utilizada é técnica e adequada ao contexto legislativo, garantindo a compreensão precisa das questões legais e orçamentárias envolvidas.

3 Voto

Em face do exposto e considerando o parecer jurídico favorável, o projeto reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídica e de boa técnica legislativa e, no mérito, também deve ser acolhido.

Por isso, voto pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2023.


CLEBER REGES DOS SANTOS
Relator



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS
"PALÁCIO DIVINO CÂNDIDO DA SILVA"

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PARECER Nº 063/CMP/2023
PROJETO DE LEI Nº 058/PMP/2023

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em sessão no dia 11 de setembro de 2023, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 058/PMP/2023 de 04 de setembro de 2023, que "Dispõe sobre a Regulamentação da Assistência Financeira Complementar Repassada pela União Visando o Cumprimento ao Piso Salarial Nacional do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem a que se refere à Lei Federal nº 14.434/2022 Emenda Constitucional nº127/2022 e dá outras providências."

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Luciano Bomtempo Gonçalves, Cleber Reges dos Santos e Heudillan Cassio Franco Vieira.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2023.


LUCIANO BOMTEMPO GONÇALVES
Presidente


CLEBER REGES DOS SANTOS
Relator


HEUDILLAN CASSIO FRANCO VIEIRA
Membro